

REPÚBLICA

“Alguns cientistas políticos (brasileiros e brasilianistas) atribuem às Forças Armadas brasileiras a tendência a, em momentos de crise social ou política, intervir na cena política e a acreditar na legitimidade da intervenção militar no processo político. Os exemplos invocados por esses pesquisadores são conhecidos: a Proclamação da República *pela via de um golpe militar*, o caráter *dominantemente militar* da Revolução de 30, a derrubada do *Estado Novo* pelas Forças Armadas em 1945, para não falar de movimentações militares eminentemente conservadoras como os golpes de 1954 e 1964. Pergunta-se: essa suposta tendência explica, a seu ver, a deflagração do processo de derrubada da monarquia brasileira em 1889? Teria sido simplesmente uma *troca de guarda*, insuscetível de produzir ponderáveis efeitos concretos sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade brasileira?”

Maria Yedda L. Linhares

(UFRJ)

É evidente a presença militar ao longo da história brasileira, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai. Em dois momentos a intervenção dos militares se traduziu em efetiva tomada do poder: no início do período republicano e na década 1964-1974. Nos dois casos ela se deu através de uma mensagem (legitimadora?) que se proclamava capaz de regenerar e transformar (leia-se modernizar) o País. Nesses momentos, os militares (o conjunto das *forças armadas*) apareciam perante à *nação* (os partidos políticos e a sociedade civil) como portadores da doutrina de salvação: num dos casos, o primeiro, era o Progresso (a ciência e a técnica) o instrumento capaz de vencer o obscurantismo e o atraso da antiga ordem escravista, e, noutro, o mais recente, era a Ordem que deveria repor o País nos trilhos do capitalismo internacional, industrial e financeiramente equipado para vencer a suposta ameaça da desordem populista.

Em ambas as experiências de governo militar direto e assumido na sua plenitude,

os prognósticos falharam e a *vocação* salvacionista autoproclamada não se confirmou. Na instauração da República, o *país profundo* — dos fazendeiros de café, de cana, de algodão e de gado que detinham o efetivo monopólio da terra e do poder — não tardou a reorganizar suas forças e a reassumir o comando da nação que ele — *país profundo* — identificava, como seus porta-vozes, nos letrados, nos homens de Estado, nos burocratas. Nos nossos dias, mal decorridos dez anos da ditadura instalada em 1964, com eficaz domínio da máquina repressora do Estado e da sociedade nos seus segmentos dominantes (o sistema econômico-financeiro, político e intelectual), novamente se comprovava a incapacidade daquela corporação, dotada de um aparato ideológico insofismável e sediada no poder pela força, de se fazer estável e duradoura.

Mencionamos dois fracassos históricos retumbantes e bem conhecidos nas suas conseqüências, como também nos episódios que caracterizaram a *tomada do poder*, em 1889 e em 1964. De um lado, a República Velha que se esclerosou e submergiu (?) em 30; de outro, o regime militar que

degringolou a partir de 1974 (fatores internos múltiplos e externos) e desembocou na Nova República de muitas desesperanças. Não sabemos quando nem como esta irá submergir.

Quanto ao advento desses regimes ditatoriais, independentemente de suas múltiplas versões, o que parece evidente é o absurdo de atribuir à intervenção militar — com destaque maior ou menor de certas personalidades mais ou menos simpáticas, mais ou menos prepotentes, ora à direita ora à esquerda — a mudança do rumo da história, sem uma reflexão prévia sobre o que se entende por mudança. No caso específico da queda da Monarquia, o golpe de Estado contou, além dos civis conspiradores, com a participação de alguns generais de proa e daqueles militares *ilustrados*, ditos positivistas, frente a um país indiferente e totalmente desinformado. De fato, estamos diante da mudança de regime político que se dá num momento de transformação estrutural: a extinção do trabalho escravo. Trata-se, pois, de um fenômeno não muito simples, resultante de múltiplas causas que devem ser buscadas no regime político, no sistema econômico e suas alternativas face às novas circunstâncias em partes diversas do país, impostas pela nova realidade do mercado de trabalho, e, ainda, nas hierarquias sociais que se recompõem, na estreiteza da vida intelectual, nas características e nas dificuldades dos meios de comunicação e transportes. Não são, portanto, causas a serem descartadas sem uma cuidadosa investigação e um reexame de fontes e problemas.

Vista no seu conjunto, a sociedade brasileira não se alteraria com o advento da República no tocante ao exercício efetivo dos poderes locais — a terra, o trabalho, a apropriação das riquezas e dos benefícios do progresso — razão pela qual foi curto o interregno militar que antecedeu o primeiro quadriênio civil propriamente dito.

Na realidade, a República reforçou a tendência federalista nas suas práticas mais espúrias — o coronelismo e a política dos governadores, de caráter oligárquico — sendo nesse sentido mais privatista e menos republicana do que o Império centralista e unitário. No entanto, nas suas linhas gerais, a República consolidou o Estado, embora sem alargar as bases da nação e sem se democratizar.

Respondendo à pergunta formulada: a intervenção militar é um fato, explicável pelas circunstâncias históricas de um país gerado no bojo do colonialismo moderno, embora tal fato não revolucione a sociedade nem explique a mudança. Objetivamente, ele só se explica quando analisado no conjunto dos fatores estruturais determinantes da sociedade brasileira. No fundo, buscamos cortes e rupturas mas nos defrontamos com continuidades e resistências profundas à mudança (o peso considerável das mentalidades coletivas) numa sociedade forjada no escravismo, no império do privado sobre o público, na preeminência do mandonismo, dos privilégios de uma minoria de letrados e de proprietários.



Em suma, não vemos ruptura em 1889, dentro da concepção de uma história econômica e social no seu sentido mais profundo.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1989

Décio Saes

(IFCH-UNICAMP)

O movimento militar de 15 de novembro de 1889 apresenta, certamente, similitudes formais com movimentos militares posteriores. De um lado, é movimento conduzido basicamente pela oficialidade média do Exército; nesse terreno específico, aproxima-se formalmente dos movimentos tenentistas da década de 20 (revoltas de 1922 e 1924). De outro lado, assume predominantemente a forma clássica do golpe de Estado, o que autoriza certos analistas políticos a reuni-lo, dentro de uma mesma categoria de fenômenos, com golpes militares como os de 1954 e de 1964.

A constatação de tais similitudes não pode, entretanto, servir como caução para a aplicação, na análise do processo de derubada da monarquia no Brasil, de teses sociológicas gerais sobre a natureza e a função das intervenções militares no Brasil pós-colonial. Mais claramente: o movimento militar de 15 de novembro de 1889 não deve ser encarado como o momento inaugural de um ciclo histórico de intervenções militares, induzidas basicamente pela fraqueza crônica da *sociedade civil* no Brasil; e nem mesmo como a manifestação inicial de uma tendência persistente da classe média brasileira, heterogênea e desorganizada, a intervir na cena política por intermédio de um grupo altamente coeso e organizado (os militares).

A principal objeção que se pode fazer a tais generalizações é a seguinte: elas se baseiam na omissão das diferenças existentes entre o Estado imperial, objeto da ação militar antimonárquica do 15 de novembro, e o Estado republicano, sob o qual irromperam inúmeros e variados movimentos militares (revoltas tenentistas de 1922 e 1924, Revolução de 1930, golpe militar de

1937 etc). São diferentes a natureza de classe, a estrutura e a função de ambos os Estados. O Estado imperial é um Estado escravista moderno; o Estado republicano já é um Estado predominantemente burguês.

Um dos aspectos dessa diferença radical existente entre os dois Estados diz respeito às Forças Armadas; em cada um destes Estados configuram-se um modo específico de organização das Forças Armadas e um modo específico de relacionamento destas com as classes dominantes. No Estado (escravista) imperial, a oficialidade das forças armadas é recrutada segundo critérios abertamente classistas e particularistas (interdição do recrutamento de escravos), o que inviabiliza a burocratização e a profissionalização integrais do corpo militar bem como o coloca numa situação instável e de estrita dependência com relação aos designios concretos das classes dominantes (escravistas). No Estado (burguês) republicano, o recrutamento de oficiais das Forças Armadas (assim como o de funcionários civis) deixa de obedecer a critérios abertamente classistas e particularistas; e a consagração oficial do princípio puro da competência individual permitirá o desenvolvimento gradativo — através de sucessivas reformas — da burocratização e da profissionalização no seio das Forças Armadas.

Esta distinção nos permite entender que a intervenção militar de 15 de novembro de 1889 é *impar* na História do Brasil. Lutando para se constituir como corporação profissional, o grupo militar esbarra, desde pelo menos a Guerra do Paraguai, em tudo aquilo que impede a formação, no Brasil, de uma burocracia estatal de tipo burguês moderno, supostamente organizada segundo o critério da competência individual e desembaraçada das discriminações de classe. A vigência social do trabalho forçado (escravidão) impede que o Estado pratique um recrutamento burocrático de

tipo *universalista* e, ainda por cima, induz a degradação social da burocracia, civil ou militar (como poderia um militar do Império exibir socialmente sua *competência* bélica, se certos homens — os escravos — não podiam, mesmo quando reconhecidamente dotados de qualidades militares, submeter-se a processos de aferição de competência cabíveis nesse terreno?). Quanto à *Monarquia* (entendida aqui não no sentido estrito de um modo particular de investidura do chefe de Estado, e sim, como um modo pré-burguês moderno de organização do aparelho de Estado), ela não só garante pela força a sobrevivência da escravidão, como também obstaculiza a profissionalização integral e a reabilitação social das Forças Armadas.

Chocando-se, por razões de ordem corporativa, com a Escravidão e a Monarquia, o grupo militar tornar-se-á abolicionista e republicano; vale dizer, converter-se-á em força revolucionária. Não desempenhará sozinho essas duas tarefas históricas; reunir-se-á a massa escrava e a parte da classe média numa frente política que promoverá não só a extinção do trabalho escravo

como também a transformação capitalista (implantação de um direito igualizador, organização de uma burocracia fundada formalmente no critério da competência) do Estado brasileiro. E é justamente o caráter revolucionário da ação militar antimonárquica que explica o *assentimento popular* — *maliciosamente interpretado pela historiografia conservadora como indiferença* — ao movimento militar de 15 de novembro de 1889.

Está, assim, evidenciada a especificidade da intervenção militar do 15 de novembro: somente nesta quadra histórica o grupo militar terá desempenhado um papel efetivamente revolucionário, contribuindo para a instauração das condições jurídicas, políticas e ideológicas indispensáveis à implantação do capitalismo no país. As quadras históricas seguintes lhe reservarão outros papéis: um papel reformista (revoltas tenentistas de 1922 e 1924, revolução de 1930), um papel progressista (redemocratização de 1945) e, finalmente, um papel declaradamente reacionário (golpes militares de 1954 e 1964).

José Ênio Casalecchi

(UNESP-Araraquara)

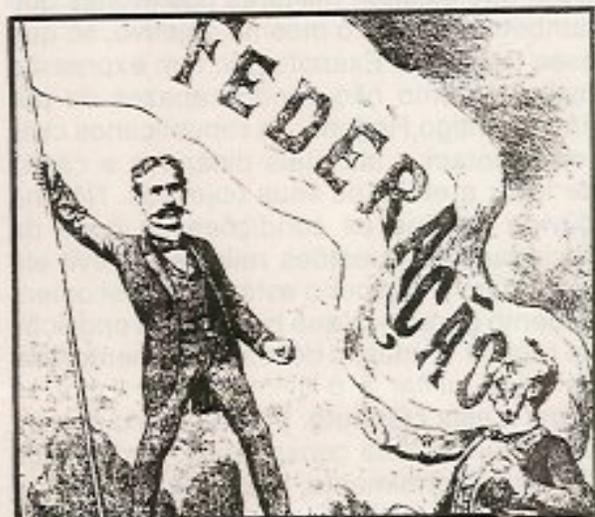
Em depoimento ao Imperador, o Visconde de Ouro Preto, que liderou o último gabinete da Monarquia, chamava a atenção para a *elasticidade* do governo para empreender “com ousadia e firmeza largas reformas, na ordem política, social e econômica”. Procurava superar o quadro agudo da crise política e ponderava ao monarca sobre a “premência das reformas sob pena de tornarem-se improficuas”. Depunha ao final: “o que hoje bastará, amanhã talvez seja pouco”. A verdade é que a elasticidade

do Estado Monárquico estava reduzida a quase nada. Este mesmo Estado, que acomodara quase todos os interesses da economia e da política na perspectiva das elites e responsabilizara-se por um surto de progresso material, não dava conta, a partir da década de 1870, das acentuadas mudanças que lhe impunha a nova dinâmica social. Quando mais se faziam necessárias medidas transformadoras por parte do Estado, mais se retraía a monarquia. Temia por sua estabilidade e era incapaz de reformas arrojadas. A expansão do mercado interno e da vida urbana, a presença de novos empresários rurais modernizando os latifúndios, a ação do trabalho livre imigrante pressionam por mudanças da política monárquica. O qua-

dro partidário, a partir de 1870, reflete, nos diferentes programas, as tensões intra-elites. Pretendiam reformas "dentro do regime". O republicanismo alastrou-se na ausência de respostas convincentes às propostas de mudanças.

De São Paulo provinham as pressões mais fortes na busca de soluções para as transformações sócio-econômicas por que passava a Província. A verdade é que o regime vinha se deteriorando com intensidade e não conseguia acudir ao conjunto de crises, de natureza vária: à crise política de 1868, somava-se a econômica de 75, a seca de 1877-80, a permanente fragilidade dos ministérios, as dificuldades em modernizar o sistema eleitoral e os impasses na solução da questão servil. O vazio do poder configurava-se no impedimento de ações contínuas e de longo prazo por parte da monarquia.

As forças de oposição à monarquia articuladas pelo republicanismo manifestavam-se, a partir de 1870, com maior intensidade, até o 15 de novembro de 1889. Arregimentadas em torno de uma elite da *burguesia agrária*, na exata defesa de seus interesses, pediam a descentralização política e o fim do regime.



Descompromissadas de criar condições para a participação política do povo, essas elites civis republicanas acabaram por comprometer-se com a oficialidade do exército (elite militar) para a derrubada do poder. Podiam contar com o descontentamento comum para com o regime e conheciam o peso da corporação militar para medidas eficazes na derrubada do poder.

O republicanismo, ao ser um movimento civil e de defesa de interesses, bens circunscritos de uma elite econômica, aceitou a elite militar como uma companheira de percurso, ela também ressentida com a ordem imperial.

Quem acompanhar nos bastidores as ações dos republicanos históricos, antes e depois do golpe militar, não terá dúvida do caráter civil dessa trama e do sentido que pretendiam dar à presença militar. A crise entre civis e militares é da primeira hora do republicanismo, aberta pelas possibilidades (remotas em nosso entender) de continuidade prolongada dos militares.

Escapava aos militares, braço armado do golpe, a fragilidade de suas posições. Quais as alianças possíveis em caso de confronto? Na tropa? Nas camadas populares? Nada disso parecia possível dada a natureza elitista do movimento. Não consistiu em frase descuidada a afirmação de Aristides Lobo, referindo-se à Proclamação da República, dizendo que "o povo assistira àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava".

A fragilidade dos militares encontrava-se menos na incompatibilidade entre as virtudes exigidas para o exercício do poder político e a formação castrense, mas no fato de serem um *sócio menor* nessa composição de forças que derrotou a monarquia. Apesar do golpe militar, a República foi resultado de uma ação diuturna dos civis,

dos republicanos históricos civis e atendeu, sem dúvida, aos seus interesses. Nesse sentido, mesmo que se acuse o seu caráter oligárquico e excludente, o novo regime acabou por favorecer mudanças substanciais (efeitos concretos sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade brasileira). Entre elas o presidencialismo, o federalismo e a ampliação do regime representativo.

No curto interregno militar do início da República, o Florianismo é que se destacou. Os *generais civis* paulistas, como também foram chamados os republicanos históricos da Província, articulam-se imediatamente no apoio a Floriano aceitando-o como *sacrifício menor*. A ação consistia em apoiar para influir decisivamente no pro-

cesso sucessório. Foi o que acabou por acontecer com a candidatura de Prudente de Moraes, inviabilizando o continuísmo militar.

Descartando-se do povo já na campanha, o movimento republicano articulou-se com a oficialidade do exército para a tomada do poder, mas só para ela. Ao ímpeto continuísta da caserna opõem-se as novas oligarquias. Com decidido peso regional apesam (e são apesadas) pelo Estado na defesa dos seus interesses de modernização. Ampliavam-se com o novo regime as condições para o desenvolvimento material, para o progresso. Mais uma etapa, dadas as características das forças presentes na passagem da monarquia para a república, de *modernização conservadora*.

Edgard Carone

(USP)

A questão levantada pelo colega Décio Saes é aparentemente linear, mas, na verdade, a resposta é ampla e merece tratamento diferenciado para os exemplos levantados. Em tese podemos dizer que em 1889, 1930, 1937, 1945 e 1964 tivemos intervenções militares no quadro político brasileiro, porém, o nível e o sentido desta participação variam segundo o tempo e a evolução da sociedade brasileira. A comparação entre 1889 e 1964 é bastante diversa e nos levaria a equívocos históricos perigosos.

De qualquer maneira há a participação militar nestes episódios. No entanto, é preciso avaliar qual o seu papel nestes acontecimentos. Fiquemos em 1889. Não vamos detalhar o que é a sociedade brasileira na ocasião, nem a maior complexidade social que acontece com o tempo. O importante é que há movimento social e político

fermentando, cuja expressão maior se reflete nas classes dominantes que chamo de oligarca-burguesa. Facções suas é que lideram as reivindicações que, de maneira ampla, podemos resumir na palavra *República*. Desde 1870 que nas Províncias e na Capital Federal renasce, com o Manifesto Republicano, a idéia de mudança do regime político, movimento este que tem à sua frente, paulistas, fluminenses etc. É verdade que existem militares positivistas que também desejam o mesmo objetivo, só que essa facção do Exército não tem expressão maior. Mesmo não sendo capazes de pôr fim ao Antigo Regime, os republicanos civis representam a ala mais dinâmica e capaz de levar a efeito os seus objetivos. Não há dúvida de que as condições da crise da sociedade — questões religiosas, servil etc — ajudam a crescer o estado de descontentamento geral — o que beneficia a oposição ao regime — mas, o desencadeamento final da crise militar é o último rastilho que se soma a este cômputo. Porém, como entram os militares nesta conspiração? Em grande parte ocasionalmente, circunstancialmente,

quando o Marechal Deodoro da Fonseca, na véspera do 15 de Novembro, aceita ficar ao lado de seus *inimigos jurados*, que são os republicanos. Estes é que, numa manobra tática flexível e genial, se beneficiam deste apoio, pois, os militares, que representam força armada de caráter nacional são ingredientes necessários para desencadear o movimento e garanti-lo, no futuro. O que Campos Salles ou Quintino Bocayuva etc fazem, é abandonar os pruridos moralistas e classistas da oligarquia, e reunir, em torno de seu objetivo — queda da Monarquia — todas as forças possíveis. Pouco importa o caráter de classe da oficialidade do Exército — de baixa origem social — mas sim o que representa de garantia para o golpe a ser dado no Império e no que viria após. Considero os acontecimentos que antecedem o 15 de Novembro — ida de Campos Salles ao Rio de Janeiro, os contactos com a oficialidade do Exército, a determinação em proclamar a República etc — o instante mais importante do processo, processo este que atinge os seus objetivos porque a decisão oportunista — no bom sentido — de se utilizar todos os fatores que se somam neste momento é ato tático fundamental, o que mostra a capacidade da liderança oligárquica em manobrar pragmaticamente, segundo as circunstâncias, quando pretende atingir o seu objetivo.

Conquistado o poder, no entanto, seria impossível afastar os militares, pois, não só eles começam a se enquistar nos cargos — governadores, secretarias, legislativo etc — como continuam a ser necessários ao novo regime, que, aparentemente, tudo fazia crer instável. A tolerância de São Paulo com o Marechal Deodoro da Fonseca, no entanto, se esgota, por circunstâncias várias, e logo depois os paulistas apóiam o Marechal Floriano Peixoto. O governo bandeirante e a sua bancada na Câmara Federal — falo em São Paulo por ser ele o mais importante e o mais aguerrido no seu objetivo — dão força a Floriano na sua luta contra a anarquia da guerra civil —

na Marinha, no Rio Grande do Sul etc — mas, o rompimento entre ambos se dá quando as forças civis dão um *basto* aos jacobinos e militares, ao apresentarem a candidatura de um *civil* e paulista, Prudente de Moraes, em 1894. Com o atentado do Marechal Bittencourt, em novembro de 1897, as oligarquias afastam, de uma vez, os militares de sua pretensão em continuar a participar dos poderes legislativo e executivo.

Como poderíamos analisar brevemente este *interregno*? 1) a liderança do movimento republicano cabe a facções dominantes da classe oligarca-burguesa; 2) diante da crise da década de 1880, principalmente no ano de 1889, estas forças cooptam os militares descontentes, que se queixam de sua situação institucional e de classe; 3) esta aceitação ou cooptação não representa aliança e nem acordo de igual com igual, mas, um acaso tático circunstancial; 4) com a Proclamação da República, forças civis e militares lutam pelo poder, em algumas circunstâncias se unem, em outras, se degladeiam entre si; 5) a luta se trava em torno de posições de mando — executivo, legislativo — e nem militares ou civis põem em xeque o sistema existente; 6) a tolerância dos civis com os militares é devido ao perigo da guerra civil e a aparente possibilidade de um retorno à Monarquia; 7) em nenhum momento as forças oligárquicas pensam em compartilhar o poder com outras forças, mas, realisticamente, elas sabem até onde seria preciso suportar a presença e a ambição dos militares.

Por estas razões a participação dos militares no processo de 1889 tem que ser vista nestes limites, não havendo, da parte deles, nesta hora, papel primordial na elaboração do novo sistema. Elas são força auxiliar, não força substantiva, como são as oligarquias dos Estados.

FORÇAS ARMADAS E REPÚBLICA

Jacob Gorender

A pergunta comporta, a meu ver, duas questões distintas, embora interligadas. A primeira seria a da intervenção reiterada das Forças Armadas em eventos importantes da História nacional. A outra questão, a da proclamação da República, em cujo processo se deu uma daquelas intervenções do Exército, a primeira, aliás, dentre as de maior significação.

Limito-me a assinalar, neste breve espaço, que foi, precisamente, no processo de decadência da instituição monárquica que começou a se formar na oficialidade militar (no caso, a oficialidade do Exército) a idéia da missão tutelar da sociedade brasileira. Coeso e institucionalmente fortalecido pela Guerra do Paraguai, o Exército será movido por esta idéia para vir a se converter na organização executiva da derrubada da Monarquia.

Em seguida, o primeiro governo republicano pós-Constituinte (o governo de Deodoro e de Floriano) assumirá o caráter de um quadriênio militarizado, em grande parte devido à revolta regressista da Marinha. Mas, ainda assim, não tivemos um governo militar ou um regime militar. Em conformidade com a Constituição, Floriano transmitiu a Presidência da República ao seu sucessor legítimo Prudente de Moraes.

Apesar das numerosas intervenções das Forças Armadas ou de frações delas nos eventos políticos, sobretudo a partir da década de 20 deste século, o Brasil só tardiamente veio a conhecer o domínio de um regime militar, se compararmos sua história com a de quase todos os demais países da América Latina. Foi o golpe de 1964 que inaugurou, em nosso País, um regime militar, que perdurou até 1985. Com um autoritarismo de variada intensidade, tal regime chegou, no Governo Médici, às bordas do totalitarismo.

Seria demasiado simples reduzir o processo de proclamação da República ao gesto de Deodoro na manhã de 15 de

novembro de 1889. O movimento republicano vinha atuando desde cerca de 30 anos e havia conquistado a parte mais intelectualizada da oficialidade militar. Sem descer a uma exame particularizado, o advento da República deve ser visto, segundo penso, como seqüência da Abolição da Escravatura.

A Abolição teve o caráter revolucionário básico, pois apressou a substituição da formação escravista colonial, dominante há três séculos e meio, pela formação burguesa. Com a Abolição, o trabalho se tornou livre em sua plenitude jurídica e, com isto, ficou desimpedido o caminho para a formação (que levará decênios) de um mercado capitalista de trabalho assalariado e para a disseminação das relações capitalistas de produção.

A Monarquia sobreviveu momentaneamente à Abolição. Porém sua ligação visceral com a escravidão, uma vez desaparecida esta, dificilmente lhe permitiria sobrevivência duradoura. Perdida a base sócio-econômica em que tradicionalmente se sustentou, a Monarquia ficou pairando no ar. Seu arcabouço esclerosado refletia uma correlação de forças inter-regional já ultrapassada (em especial, sob o aspecto da preeminência econômica de São Paulo, sub-representando na cúpula política do Império). A organização institucional do Estado, que tinha D. Pedro II no topo da hierarquia, não se mostrou capaz de mudanças adaptativas tempestivas. Sua esclerose já evidenciava um grau muito adiantado e lhe impediu sequer a percepção da corrosão fatal da sustentação política.

Ao adotar o sistema federativo, a República não efetuou uma imitação servil do modelo norte-americano, mas adequou a organização do Estado à nova realidade pós-escravista. O mesmo se deve dizer com relação à separação entre Igreja e Estado (eliminando o vetusto regime do padroado monárquico), à chamada grande naturalização, à nova lei das sociedades anônimas e a outras medidas da Constituinte republicana e dos primeiros governantes pós-1889.